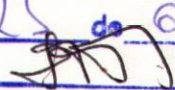




Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa



1
AO EXPEDIENTE DO DIA *Casa de Epitácio Pessoa*
29 de 07 de 19 96
Em 25 de 07 de 19 96


Presidente PROJETO DE LEI Nº *516* /96

Reconhece de Utilidade Pública
a Associação Comunitária
Rural da Várzea da Carnaúba,
no município de Sousa, e dá
outras providências.

art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Várzea da Carnaúba - Comunidade de Várzea da Carnaúba, com sede e foro no município de Sousa.

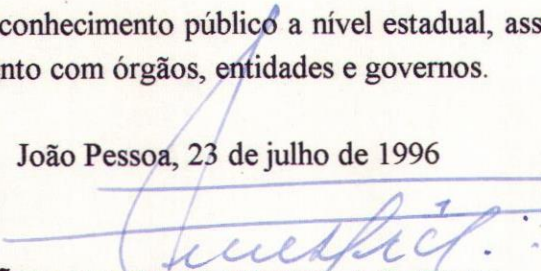
art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

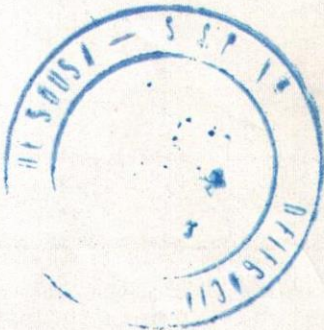
Objetiva o reconhecimento público a nível estadual, assegurando a mesma, a possibilidade de conveniamento com órgãos, entidades e governos.

João Pessoa, 23 de julho de 1996


JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA
Deputado Estadual

Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente
Em 29 de 07 de 96

Diretor da Ass. ao Plenário

2
ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DA DELEGACIA DE SOUSA = PARAIBA.



EM FACE DAS INFORMAÇÕES
ATESTO AFIRMATIVAMENTE

30 / 04 / 96

DR. FRANCISCO CLÁUDIO BESERRA
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE CARRETERA
MAT. 64.428-0



ATESTADO DE PLENO FUNCIONAMENTO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FAMÍLIA RURAL DA VÁRZEA DA CARNAÚBA
XX XX XX XX XX XX XX XX XX XX XX, Pessoa Jurídica de Direito
Privado, com sede nesta cidade de Sousa-PB, no Bairro VÁRZEA DA CARNAÚBA
através de seu representante legal, o Presidente abaixo subscrito, vem mui
respeitosamente, REQUERER de V.Sa., que se digne em ATESTAR que a referida
entidade encontra-se em pleno funcionamento nesta cidade, atendendo as suas
finalidades estatutárias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Sousa-PB 30 / 04 / 1996

Francisco Augusto Obenelo
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS

1. Filipe Augusto de Sousa
End. Rua Nossa Senhora do Rosário Estreito
2. Maria Elizabeth Silva J. Obenelo
End. Rua Princesa Isabel n.º 57 - Santo. B3
3. Maria de Brancos Alves de Oliveira
End. Rua Jeanor D'arc n.º 33 - Bairro da Estação

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DAS FAMÍLIAS RURAIS DA COMUNIDADE DE VÁRZEA DA CARNAÚBA, NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PARAÍBA, REALIZADA NO DIA CINCO DE SETEMBRO DE HUM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO, PARA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE FAMÍLIAS.

Aos cinco dias do mês de setembro de hum mil, novecentos e noventa e cinco, na residência do senhor Francisco Chagas Sobrinho, às dezenove horas, reuniram-se dezesseis pessoas entre produtores e jovens rurais, objetivando a criação da Associação Comunitária Rural de Várzea da Carnaúba. A referida / reunião foi coordenada pelo senhor Francisco Chagas Sobrinho, líder comunitário, que relatou aos presentes a necessidade de se organizarem e fundar uma Associação, para como entidade de fender os interesses e aspirações dos comunitários. Na oportunidade foi eleita por aclamação a nova diretoria, composta de Presidente Francisco Chagas Sobrinho, Vice-Presidente Francisco José de Oliveira, Secretário Joaquim José de Oliveira, Tesoureiro José Batista de Oliveira, Conselho Fiscal: Geraldo / José de Oliveira, José Queiroga Vieira e Franciclay Lopes Martins. Eleita a diretoria, ficaram os mesmos responsáveis de providenciar todas as ações necessárias para a consolidação / da Associação à nível Jurídico e social. Subscreveram a presente ata, os sócios fundadores presentes na Assembléia Geral. Secretariou e relatou a ata de reunião Joaquim José de Oliveira, em cinco de setembro de hum mil, novecentos e noventa e cinco, que será por mim assinada, pelo presidente e por demais sócios.

Francisco Chagas Sobrinho

FRANCISCO CHAGAS SOBRINHO

- Presidente -

Joaquim José de Oliveira

JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA

- Secretário -

////////////////////
////////////////////
////////////////////

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DAS FAMÍLIAS RURAIS DA COMUNIDADE D.
VÁRZEA DA CARNAÚBA, NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PARAÍBA, REALIZADA NO
DIA DEZ DE MARÇO DE HUM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS.



Aos dez dias do mês de março de hum mil, novecentos e noventa e seis, na residência do Senhor Francisco Chagas Sobrinho, às catorze horas, reuniram-se dezesseis pessoas entre produtores e jovens rurais, engajados na luta de defender os interesses da comunidade. O presidente Francisco Chagas Sobrinho, relatou aos presentes as coisas prioritárias de grande necessidades que enfrenta esta comunidade, como por exemplo a energia elétrica e Poso Amazonas. O mesmo ressaltou que uma comunidade sem água e energia, jamais poderá ter um desenvolvimento, todos os presentes concordaram com o presidente e se comprometeram a lutar juntos pela realização dessas importantes obras. Subscreveram a presente ata, os sócios fundadores presentes na Assembleia Geral. Secretariou e relatou a ata de reunião Joaquim José de Oliveira, em dez de março de hum mil, novecentos e noventa e seis, que será por mim assinada, pelo presidente e por demais sócios.

Francisco Chagas Sobrinho
- PRESIDENTE -

Joaquim José de Oliveira
- SECRETÁRIO -



Tabela 2 — TEREZINHA DE LISIEUX GADELHA ABRANTES

1º CARTÓRIO
TABELA DE PREÇOS DE IMÓVEIS
TABELA DE PREÇOS DE IMÓVEIS.
Tabela de Preços de Imóveis
RUBRICADOS
João Luciano Gadelha Pontes Filho
Marta das Penéidas Pontes
Marta Aparecida Sarmento Gadelha
RUA - PARAIBA

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

1

5

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C., AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ORGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- 6 - PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

ETIQUETA PROTOCOLO DO C.G.C.

C

31	DIA	MÊS	ANO	32	MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO
----	-----	-----	-----	----	--------------------------

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA
E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

CGC

VALIDO ATÉ

30/06/97

CGC

CGC

CGC

CGC

CGC

CGC

CGC

CGC

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

00.714.190/0001-07

ATIVIDADE PRINCIPAL

9199-5

CPF DO RESPONSÁVEL

090.352.484-72

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

ORIGEM DA R.F.

0430106 - SOUSA

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL

ASSOC COM DE FAMILIA RURAL DA COM DE VARZEA DA CARNAUBA

COGNE DE FANTASIA

LOGRADOURO

511 VARZEA CARNAUBA

NÚMERO

511

COMPLEMENTO

CEP

50000-000

BAIRRO / DISTRITO

ZONA RURAL

MUNICÍPIO

SOUSA

UF

PB

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

OUTRAS ATIV. ASSOCIATIVAS N. ESPECIFICADAS

7145129

11

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL





Prefeitura Municipal de Sousa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA



LEI MUNICIPAL Nº 1.573/95

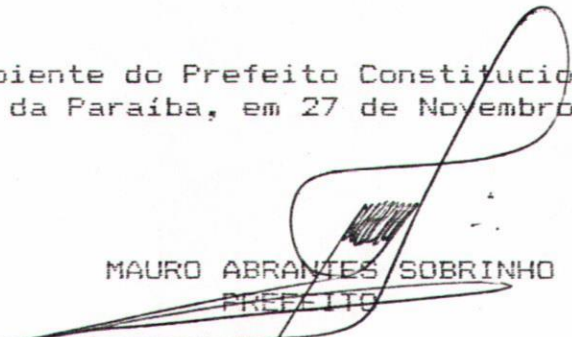
RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE FAMILIAS RURAIS DA COMUNIDADE DE VARZEA DA CARNAUBA, DESTES MUNICIPIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Art. 1º - Fica reconhecida como de utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA RURAL DA COMUNIDADE DE VARZEA DA CARNAUBA, deste Município, fundada em 05 de Setembro de 1995, com sede, foro e finalidade especificadas em seu estatuto, publicado na Gazeta de Sousa - Órgão Oficial do Governo do Município edição de 25/08 a 30/09/95.

Art. 2º - A critério do Poder Executivo Municipal, poderão ser repassados para a referida entidade, recursos financeiros, através de subvenções ou convênios, com o intuito de ajudá-la na execução de seus objetivos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabiente do Prefeito Constitucional do Município de Sousa - Estado da Paraíba, em 27 de Novembro de 1995.


MAURO ABRANTES SOBRINHO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sousa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

LEI MUNICIPAL Nº 1.572/75

RECORRE CORRE DE UTILIDADE
PUB. DE UTILIDADE A ASSOCIA-
ÇÃO CARRISTAS DE FARM. LIG.
ROSAIS E XIRE - XIRE,
DESTE MUNICÍPIO E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Esta reconhecida como de utilidade pública Municipal a ASSOCIAÇÃO CARRISTAS DE FARM. LIG. ROSAIS E XIRE, fundada em 11 de Setembro de 1974, com sede, nesta Municipalidade, regida em seu estatuto, publicado na Gazeta de Sousa - órgão Oficial do Governo Municipal, edição de 25/09/75 a 30/09/75.

Art. 2º - A Lei de 1º de Setembro de 1975, pelo qual se reconhece para a referida entidade, recursos financeiros, através de subvenções ou convênios, com o intuito de ajudá-la na execução de seus objetivos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Declarado de Utilidade Constitucional do Município de Sousa, Estado da Paraíba, em 27 de Setembro de 1975.

ROMEO GONÇALVES GOMES



Prefeitura Municipal de Sousa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

LEI Nº 1.573/75 De 07 de Agosto de 1975.

DECRETO SOBRE O AFASTAMENTO
DE SERVIDORES DA PREFEITURA
PARA OUTROS DEPARTAMENTOS E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais.

DECRETO Nº

Art. 1º - O afastamento de servidores da Prefeitura Municipal de Sousa, para o exercício de suas funções, em outros órgãos, departamentos ou para o exercício de suas funções, bem como para a prestação de serviços.

Art. 2º - São autorizados, com isso, para a prestação de serviços, competindo o princípio legal do afastamento de servidores, os afastamentos para:

1 - O exercício de função em órgão que mantenha convênio de outra cooperação com a Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Os convênios celebrados posteriormente a publicação do presente Decreto não abrangem os benefícios previstos no artigo anterior.

Art. 4º - Os servidores atualmente afastados têm o prazo de 15 (quinze) dias para retornar à sua função de origem, salvo se que os convênios nos termos do Art. 2º, inciso I do presente Decreto.

1 - Os servidores que não se enquadrarem nos critérios do artigo acima mencionado têm o prazo de 15 (quinze) dias para retornar à sua função de origem.

11 - Benefícios e prazo de que trata o "caput" deste artigo aplicam-se aos servidores retornando às suas funções, estão sujeitos às penas da Lei.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Declarado de Utilidade Constitucional do Município de Sousa, Estado da Paraíba em 03 de Agosto de 1975.

ROMEO GONÇALVES GOMES



Prefeitura Municipal de Sousa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

LEI MUNICIPAL Nº 1.573/75

RECORRE CORRE DE UTILIDADE
PUB. DE UTILIDADE A ASSOCIA-
ÇÃO CARRISTAS DE FARM. LIG.
ROSAIS E XIRE - XIRE,
DESTE MUNICÍPIO E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Esta reconhecida como de utilidade pública Municipal a ASSOCIAÇÃO CARRISTAS DE FARM. LIG. ROSAIS E XIRE, fundada em 11 de Setembro de 1974, com sede, nesta Municipalidade, regida em seu estatuto, publicado na Gazeta de Sousa - órgão Oficial do Governo Municipal, edição de 25/09/75 a 30/09/75.

Art. 2º - A Lei de 1º de Setembro de 1975, pelo qual se reconhece para a referida entidade, recursos financeiros, através de subvenções ou convênios, com o intuito de ajudá-la na execução de seus objetivos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Declarado de Utilidade Constitucional do Município de Sousa, Estado da Paraíba, em 27 de Setembro de 1975.

ROMEO GONÇALVES GOMES



Prefeitura Municipal de Sousa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

DECRETO Nº 1.574/75 De 04 de Agosto de 1975.

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE
PÚBLICA DE FARM. LIG. ROSAIS
E XIRE - XIRE, DESTE MUNICÍPIO
E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso III do art. 50 da Lei Orgânica do Município.

DECRETO Nº

Art. 1º - Esta Lei institui a Comissão Interdisciplinar de Avaliação de Emprego no Município de Sousa, nos termos da resolução nº 001, de 12 de Abril de 1975, do Conselho deliberação do Fundo de Emprego do Trabalhador - COTELAT.

Art. 2º - Compete à Comissão:

a) opinar sobre o recrutamento interno;

b) homologar o recrutamento interno das Empresas, Empresas para Empregados de Emprego;

c) opinar no Sistema Nacional de Emprego, com base em relatório de Emprego, análise, avaliação que atribua os efeitos necessários aos efeitos econômicos e de desenvolvimento social e profissional do trabalhador;

ROMEO GONÇALVES GOMES

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, convoca os servidores abaixo relacionados, a fim de apresentarem DEFESA E JUSTIFICAÇÃO de suas faltas ao trabalho, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com o disposto nos artigos 308 e seguintes, da Lei Complementar nº. 39/85:

MATRÍCULA	NOME:
134.910-4	CARLOS MARCONI DE SOUZA LUNA
134.909-1	ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
134.907-4	FRANCISCO BATISTA DE MACEDO NETO

MARCOS DE ASSIS HOLANDIA MADRUGA

Presidente da CPI

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Comissão Permanente de Inquérito

João Pessoa, 15 de julho de 1996.

EDITAL DE CHAMAMENTO (10)

A COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO, DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, CONVOCA OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, A FIM DE APRESENTAREM DEFESA E JUSTIFICAÇÃO DE SUAS FALTAS AO TRABALHO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 308 E SEQUINTEIS, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 39/85.

MATRÍCULA	NOME
85.342-9	Tereza Cristina da Silva
131.161-1	Petrônio Fernandes Beltrão
89.738-8	Márcia Ferreira de Andrade
94.574-9	Walquíria Maria Rodrigues da Silva
79.992-1	Francisco Rildo de Figueiredo
72.037-2	José Valdir Dantas
137.658-6	Maria Zélia Pinto Ferraz
80.685-4	Léa Trindade Crispim
62.777-1	Ana Maria Diniz Amorim
72.117-4	Alissandra Marta Silva dos Santos
85.525-1	Lúcia Maria das Dores Freire
90.219-5	José Soares Barbosa
89.056-1	Fábio Montenegro Cavalcanti

IVAN BURITY DE ALMEIDA
Presidente da CPI/ SEC
Procurador do Estado

SOCIEDADES

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FAMÍLIAS RURAIS DE VARZEA DA CARNAÚBA - DERIVAÇÃO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FAMÍLIAS RURAIS DA COMUNIDADE DE VARZEA DA CARNAÚBA; SEDE: VARZEA DA CARNAÚBA-SOUSA; FUNDADAÇÃO: 1980; TIPO: INDETERMINADO; NÚMERO DE SÓCIOS: ILIMITADO; FINS: VISAR A PRESTAÇÃO DE QUAISQUER SERVIÇOS QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA O FOMENTO E RACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E A DEFESA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS DE SEUS ASSOCIADOS; ÓRGÃOS SOCIAIS: ASSEMBLÉIA GERAL, DIRETORIA, CONSELHO FISCAL; DIRETORIA: PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIO E TESOUREIRO; MANDATO DA DIRETORIA: DOIS ANOS; PATRIMÔNIO: BENS QUE ADQUIRIR FRANCISCO CHAGAS SOBRINHO PRESIDENTE

MOVIMENTO DE AJUDA FRATERNAL - CGC (ME) 09.322.983/0001-57 - CAMPINA GRANDE - PB
EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, realizada em 15 de julho de 1996, às 20:00 horas, na sede social da Entidade; - Comparcimento: Mais de dois terços dos seus membros ativos;
Mesa: Presidente: Pe. José de Ribamar Eneida Nunes; Secretário: Dinival Vilas de Miranda;
Deliberações: Alteração estatutária parcial, nos parágrafos 1º e 2º, dos Artigos 1º e 4º, respectivamente, que passam a vigorar com novas redações, a saber: Art. 1º "... § 1º: O Movimento de Ajuda Fraternal tem sede e foro na cidade de Campina Grande - Paraíba e suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais, serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional." Art. 4º "... § 2º: Sob nenhuma hipótese, forma ou pretexto, o Movimento distribuirá resultados, dividendos, bonificações ou parcela do seu patrimônio." Extingida a pauta, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a Ata respectiva, que está assinada pelos presentes: Dinival Vilas de Miranda - Secretário.

CANEA - CAMPINA GRANDE VEÍCULOS S/A - CGC (ME) 09.322.983/0001-57
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO - R\$ 2.200.000,00

SUMÁRIO DA ATA DE ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, realizadas em 30 de abril de 1996. Hora: 19h30min. Local: Rua Miguel Couto, 227, Centro, Campina Grande - PB. Mesa: Presidente: Dinival Vilas de Miranda; Secretário: Dinival Vilas de Miranda. REPRESENTANTES: Titularidade de Capital Social, conforme estatutos em Livro de Propriedade de Ações. DELIBERAÇÕES: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: PRIMEIRA: Aprovação do Relatório do Diretor e Demonstrativos Financeiros relativos ao exercício social encerrado em 31.12.95. SEGUNDA: Aprovação da Contabilidade da Empresa e Demonstrativos da Capital Social Integralizado. TERCEIRA: Declaração de Livre Liquidez da Empresa. QUARTA: Aumento de Capital Social Reservas e Integralização. QUINTA: Fixação do Montepio da Diretoria para o mandato de 1996. SEXTA: Sobre a nomeação de membros da Assembleia Geral. EXTRAORDINÁRIA: QUARTA: Transferência de 10% percento de Substância Ativa para Sociedade por Quotas do Ramo de Atividade Limitada. O presente é o cópia da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 30 de abril de 1996. (Ass.) Dinival Vilas de Miranda, Presidente; Dinival Vilas de Miranda, Secretário; Dinival Vilas de Miranda, Titular de Capital Social. Campina Grande - PB, 30 de abril de 1996. DISTRIBUIÇÃO: 17/96 - Presidente.

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CASA QUINTO DE ARAÚJO SOUSA

TERMO DE FOMENTO E COMPROMISSO

e noventa e seis, no Plenário da Câmara Municipal de Pedra Branca, Estado da Paraíba, presentes o Presidente da Câmara, ainda presentes os Vereadores Antonio Bastos Sobrinho, Arnaldo Aguiar de Sousa, Orlano Alvim da Silva, Kleane Fernandes Espinosa, Francisco Silva Rodrigues, Manoel Romão Neto e Paulo Claudino Sobrinho, compareceram, atendendo a edital de convocação, o Senhor José Claudino Barreiro, Vice-Prefeito deste Município, para assumir o cargo de Prefeito Constitucional de Pedra Branca, tendo em vista a cassação do mandato do Senhor José de Sousa Jô. O Senhor Presidente Jonas Florentino Neto, solicitou que fosse procedido o juramento, o qual foi lido pelo Senhor José Claudino Barreiro assim: "Juro e prometo cumprir, obedecer e fazer cumprir a Lei Orgânica deste Município e bem-estar do seu povo, em harmonia com os princípios gerais da Constituição Federal e Estadual e demais Leis do meu País. Após o juramento proferido de pé pelo Senhor José Claudino Barreiro, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal declarado no cargo e mandato de Prefeito Constitucional deste Município. O Senhor Barreiro, após a leitura do termo de juramento, assinou o termo, pelo exposto, pelos Vereadores e demais pessoas presentes.

João Pessoa, 15 de julho de 1996.
José Claudino Barreiro
Vice-Prefeito
Antonio Bastos Sobrinho
Orlano Alvim da Silva
Francisco Silva Rodrigues
Manoel Romão Neto



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 3.025
de 12 de JULHO de 1996.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e constituição de servidão administrativa de passagens, os imóveis que mencionam.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado, no que se combina com os Artigos 5º, inciso XVII, 60, inciso III, e 76, inciso I, alínea "d", da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e na conformidade do disposto no Art. 5º, alíneas "h" e "i", e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais nºs 2.786, de 21 de maio de 1986, e 6.602, 7 de dezembro de 1978, e ainda, atendendo a solicitação constante do Ofício nº 0368/96-DP, da Presidência da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, baseada no teor do Parágrafo único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 7.133, de 5 de outubro de 1992 (processo nº 13.022/94-PMP),

D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam declaradas de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação e de Constituição de Servidão Administrativa de Passagens, as seguintes áreas de terras com suas benfeitorias e culturas, situadas nas proximidades do Conjunto Ernesto Geisel e Favela Nova República, no Município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, destinadas à Construção do Baixadão à margem direita do Rio Cuiá e da Linha de Recalque do Sistema de Esgotos Sanitários do Conjunto Ernesto Geisel e da Favela Nova República, na seguinte forma:

I - faixas de terras com 964,00 m de comprimento por 6,00 m de largura, com área de 5.784,00 m², desmembradas em porção menor do imóvel rural denominado "CIAN" - Companhia Industrial de Alimentos do Nordeste, de propriedade de VIRGINIO VELOSO FREIRE FILHO, brasileiro, limitando-se ao leste com a Granja Paraíso; ao oeste com uma favela; ao norte e ao sul com terras do expropriado;

II - faixas de terras com 221,00 m de comprimento por 6,00 m de largura, com área de 1.326 m², desmembradas em porção menor do imóvel rural denominado "GRANJA PARAÍSO", de propriedade de CARLOS TADEU SANPAIO, brasileiro, limitando-se ao leste com a Granja Campo Alegre; ao oeste com a CIAN; ao norte e ao sul com terras do expropriado;

III - faixas de terras com 130,20 m de comprimento por 6,00 m de largura, com área de 901,20 m², desmembradas em porção menor do imóvel rural denominado "GRANJA CAMPO ALEGRE", de propriedade de CARLOS TADEU SANPAIO, brasileiro, limitando-se ao leste com a Granja Campo Alegre; ao oeste com a CIAN; ao norte e ao sul com terras do expropriado;



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 516 Sob Nº 516/96
EM _____ / _____ / 19 ____

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia ____ / ____ /
de 19 ____
EM _____ / _____ / 19 ____

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa
Em _____ / _____ / _____

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Zenobio Tascano
Em, 30 / 07 / 196

Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 516/96.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DA
VÁRZEA DA CARNAÚBA, MUNICÍPIO DE
SOUSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : Dep. João Estrela

RELATOR: Dep. Dep. Zenóbio Toscano

PARECER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei N. 516/96, de autoria do Dep. João Estrela, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural da Várzea da Carnaúba - Comunidade de Várzea da Carnaúba, com sede e foro no Município de Souza, neste Estado.

A matéria constou no Expediente do Dia 29 de julho de 1996 na forma regimental, vindo a seguir a esta Comissão para exame e parecer.

É relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa, recomendada pelo ilustre parlamentar, vem com a documentação básica necessária que deve ser apresentada por uma entidade, que tem por objetivo a declaração de utilidade pública, atendendo, por conseguinte, os requisitos exigidos pela Lei de "Utilidade Pública".

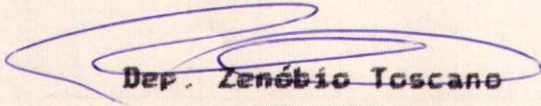
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Assim, nosso posicionamento é pela **APROVAÇÃO**
DO PROJETO DE LEI N. 516/96, na sua forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em de de 1996.

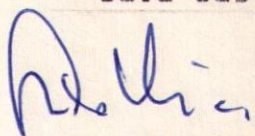

Dep. Zenóbio Toscano
RELATOR

III - PARECER DA COMISSÃO

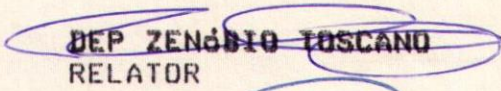
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação é
pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI N. 516/96**, da lavra do Dep. João
Estrela, nos termos do voto do Senhor Relator.

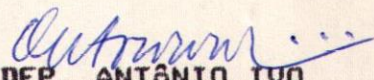
É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1996.

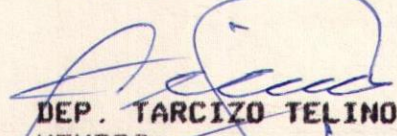

DEP. GERVÁSIO MAIA
PRESIDENTE

DEP. AÉRCIO PEREIRA
MEMBRO


DEP. ZENÓBIO TOSCANO
RELATOR


DEP. ANTÔNIO IVO
MEMBRO

DEP. PE. ADELINO
MEMBRO


DEP. TARCIZO TELINO
MEMBRO

DEP. VANI BRAGA
MEMBRO

TL-FJO

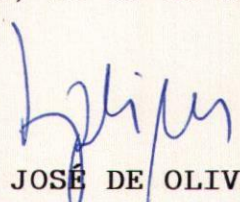


Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO que no Projeto de Lei Nº 516/96, do Dep. João Estrela, que objetiva reconhecer de "Utilidade Pública" a Associação Comunitária Rural da Várzea da Carnaúba, do Município de Sousa/PB, estão presentes a documentação básica exigida pela Lei Nº 6.324, de 08 de julho de 1996.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1996.


FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Técnico Legislativo

Mat. 270.847-7



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 1.512/GP

João Pessoa, em 24 de setembro de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência autógrafo do Projeto de Lei nº 516/96, de autoria do Deputado JOÃO ESTRELA, que Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Várzea da Carnaúba, no município de Sousa, e dá outras providências.

Atenciosamente

CARLOS DUNGA
Presidente

Exmo. Sr.

JOSE TARGINO MARANHÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

NESTA



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 134/96
PROJETO DE LEI Nº 516/96

Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Várzea da Carnaúba, município de Sousa, e dá outras providências.

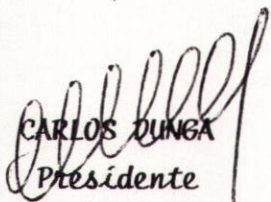
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Várzea da Carnaúba - Comunidade de Várzea da Carnaúba, com sede e foro no município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, EM JOÃO PESSOA
24 DE SETEMBRO DE 1996.


CARLOS DUNGA
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA

LEI N.º 6.347 , DE 09 DE outubro DE 1996

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 12, 10, 96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

**Reconhece de utilidade pública a
Associação Comunitária Rural da
Várzea da Carnaúba, Município de
Sousa, e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Várzea da Carnaúba - Comunidade de Várzea da Carnaúba, com sede e foro no Município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 09 de outubro de 1996; 107º da Proclamação da República.



JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR